

Argentina defende dolarização

Buenos Aires - A idéia tinha sido descartada por Carlos Menem há 10 dias, mas tudo parecia indicar que se tratava de uma jogada de efeito do presidente argentino com a intenção de acalmar os mercados internacionais a respeito da situação econômica, inexoravelmente arrastada pela crise brasileira, já chamada de "Efeito Brasil". Porém, na última quinta-feira, o presidente do Banco Central da Argentina, Pedro Pou, anunciou que o país iniciou negociações para realizar uma associação monetária com os Estados Unidos para substituir gradativamente o peso pelo dólar americano como moeda legal.

Pou afirmou que essas conversas com funcionários do Tesouro e da Reserva Federal americana começaram em julho do ano passado e prosseguiram em setembro durante a reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI). As autoridades americanas não confirmaram as negociações, mas disseram que vêem com bons olhos que essa dolarização ocorra.

As razões apresentadas pelo

governo argentino para deixar sua moeda foram os efeitos que as crises internacionais produzem no país. "Cada vez que há uma crise externa, aumenta a taxa de juros em pesos com relação ao dólar e aumenta a diferença de taxas dos papéis argentinos com relação aos bônus de mesmo prazo dos Estados Unidos", disse Pou, quem acrescentou que isso ocorre porque não existe uma credibilidade total na conversibilidade entre o peso e o dólar. O caminho, segundo ele, seria aprofundar a conversibilidade através da dolarização.

Diferença

Para um brasileiro que já fez turismo em Buenos Aires, a diferença entre uma coisa e a outra pode chegar a parecer imperceptível. Com o câmbio entre o dólar e o peso estabelecido por lei em um a um, e como a esmagadora maioria das lojas de shoppings e da rua Florida e dos restaurantes da Recoleta e Puerto Madero aceitam dólares na hora de pagar a conta, qual seria a diferença? Um pouco mais macroeconomicamente falando, do total de

91,481 bilhões de dinheiro circulante na Argentina, 43,232 bilhões são depósitos em dólares (47,2%). Além disso, o governo diz que com essa medida diminuiria o que é conhecido como risco-país, o que quase eliminaria a diferença de juros que existe entre pedir dinheiro emprestado na Argentina ou nos Estados Unidos, tanto para pessoas como para empresas.

Porém para que a associação monetária acontecesse, em primeiro lugar seria necessário um acordo político com todos os setores sociais e principalmente com a oposição política, mais ainda se leva-se em conta que o processo de substituição monetária levaria de dois a três anos. A oposição política representada pela Aliança já disse que é contra e que ainda por cima nem tinha sido consultada previamente.

E os sindicalistas começaram a estudar a proposta com muito cuidado e bastante temor, porque como esclareceu o próprio presidente do Banco Central, ela requer a total flexibilização trabalhista, ao estilo dos Estados Unidos.

O que Pedro Pou não esclare-

ceu foi qual será o efeito psicológico na população com a mudança das notas. Ele afirmou que seria só uma mudança de heróis nas faces das notas, mas não se atreveu a dizer o que os argentinos acharão de em lugar de ver o general San Martín, encontrarem-se com George Washington.

FMI

O FMI adotou uma atitude de "esperar para ver" em relação à proposta de unificação monetária entre a Argentina e os Estados Unidos. A proposta do tratado de unificação monetária apresentada pelo Banco Central da Argentina, significando a dolarização total da economia do país.

A idéia "é interessante e a estamos examinando com cuidado", disse um porta-voz do FMI. Ele observou que funcionários do governo argentino vêm falando sobre essa proposta há alguns anos. De acordo com o anúncio, as negociações para o tratado de unificação monetária levariam mais dois ou três anos.

ENRIQUE BOERO BABY

Correspondente do Jornal de Brasília